



**LEI MUNICIPAL Nº 080/2013.**

*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE.*

A Senhora Luna Kaly Ramalho da Costa Xavier, Prefeita Municipal de São Bento do Trairi, Estado do RN, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura para promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante a projetos específicos.

**Art. 2º** – Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores na forma de (devolução integral em espécie; devolução percentual em espécie; em produtos para instituições municipais; em óleo diesel... etc), após o primeiro ciclo de produção.

**Art. 3º** – Esses valores retornarão aos cofres públicos e formarão um fundo para utilização de outros produtores na continuidade do programa.

**Art. 4º** – O valor utilizado pelos produtores terá um custo de 1% (um por cento) ao mês.

**Art. 5º** – Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos ou pescadores, localizados no Município de São Bento do Trairi.

**Art. 6º** – Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de qualificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

**Art. 7º** – Cada produtor terá direito a 24 horas de máquinas, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.

**Art. 8º** – Os valores cobrados serão estipulados através do preço do óleo diesel no mercado, considerando um consumo médio de 10 (dez) litros por Hora.

**Parágrafo primeiro** – Os valores estipulados no artigo 8º poderão sofrer alteração conforme o valor de mercado dos produtos utilizados para a implantação ou adequação da atividade.

**Parágrafo segundo** – O valor cobrado corresponderá somente ao óleo diesel utilizado no serviço, não sendo computado o tempo utilizado de horas/máquina. (Observar artigo 4º).

**Art. 9º** – Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

**Parágrafo Único** – O comitê gestor municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento (ou similar), Prefeitura Municipal e entidade de Extensão Rural (ou similar), e entidades representativas do setor...

**Art. 10º** – Os recursos que comporão o programa referido, serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

**Parágrafo Único** – O numero de Produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

**Art. 11º** – Como forma de incentivo aos produtores, a Prefeitura Municipal oferecerá um curso profissionalizantes na área da piscicultura e aqueles que tiverem sua presença confirmada através de certificado com frequências mínima de 90% (noventa por cento), terão um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) na subvenção dos custos de implantação ou adequação do projeto, na devolução do recurso utilizado.

**Art. 12º** – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Trairi, em 21 de agosto de 2013.

  
**Luna Kaly Ramalho da Costa Xavier**  
Prefeita do Município de São Bento do Trairi